

DEFINIÇÕES

Roberto Rodrigues*

Em 2014, um estudo encomendado pela FAO mapeou 36 conceitos de ‘agricultura familiar’ espalhados pelo mundo. A variação desses conceitos é enorme e profunda, tanto entre países quanto entre organizações que tratam do setor rural, o que estimulou a FAO a lançar, no ano passado, o programa ‘Década da Agricultura Familiar’, que vai até 2028, período em que o tema será debatido em todos os continentes.

Aquele estudo mostrou que três critérios principais prevalecem quanto à definição de agricultura familiar: o tamanho da área trabalhada, a titularidade da propriedade (se ela pertence a uma família ou a uma corporação) e a gestão. Mas mesmo estas três condições são diferentemente consideradas mundo afora. Por exemplo, na Europa a agricultura familiar é aquela cuja produção se destina ao consumo próprio ou, no máximo, a um pequeno comércio. Já nos Estados Unidos, uma fazenda de 10 mil hectares exportando para o mundo todo pode ser considerada familiar se pertencer a uma família.

Na América Latina, os três critérios – tamanho, titularidade e gestão – são combinados de maneira distinta e com grande complexidade, dependendo do país.

Assim, quanto ao tamanho, o limite da agricultura familiar varia muito; no Brasil, pode chegar a 480 hectares, dependendo da região; na Argentina, chega a 500 hectares; no Chile, a 750 hectares. E no pequeno Uruguai, pode ir até 1000 hectares.

No Brasil, na Argentina e no Uruguai, o agricultor familiar pode ter no máximo 2 empregados, enquanto no Chile esse número vai a 10 ou mais.

Outros critérios, como o valor bruto da produção, a forma da capitalização da atividade, onde mora o proprietário, a relação com o mercado, entre muitos, também servem para ‘definir’ a agricultura familiar.

E qual a importância disso? Há um grande debate sobre o real papel da agricultura familiar na produção geral. A academia internacional aceita os dados que cada país define como sendo daquele segmento. Mas isso cria muita discussão.

O estudo da FAO de 2014 avaliou os dados de países, concluindo que existiam no mundo cerca de 500 milhões de agricultores familiares, responsáveis por 80% da produção dos alimentos. Deu a maior confusão: no ano seguinte, pesquisadores ligados a academias nacionais respeitadas expandiram a base de dados para 100 países e o resultado foi que a agricultura familiar gerava 53% dos alimentos do mundo. Muito diferente.

No Brasil, esse é um debate que precisa ser feito para caracterizar com clareza quais os limites de cada classificação. Até porque entre nós existe ainda a classificação de pequenos, médios e grandes produtores. A barra é tão complexa que os pequenos produtores podem ser agricultores familiares; mas nem todos os agricultores familiares são pequenos. Um pequeno (em tamanho

da área) produtor de morango do cinturão verde de São Paulo, por exemplo, pode faturar muito mais que um grande proprietário de pasto do cerrado ou da caatinga, assim como um suinocultor integrado de Santa Catarina pode ter uma gestão e uma capitalização muito superiores às de um invernista das bordas da Amazônia.

Claro que todos são agricultores ou criadores, todos pertencem a uma mesma classe de profissionais, todos são produtores rurais, independente do trabalho, do faturamento e das tecnologias ou gestões utilizadas. Mas também é verdade que demandam políticas públicas distintas, com apoio ou estímulos diferentes de acordo com seu estágio de desenvolvimento. Isso fica implícito na ideia liberal de que o estado deve promover a igualdade de oportunidades a todos. E isso pode ser feito com políticas diferenciadas quanto à taxa de juros do crédito rural, quanto à compra da produção da agricultura familiar para cestas básicas, quanto à tributação, entre outros mecanismos.

A legislação e o estado brasileiro têm tentado disciplinar essas diferenças, mas nem sempre de maneira clara. No caso do crédito, a Resolução n. 4666/2018 do BACEN divide os agricultores conforme o faturamento médio/ano: o pequeno, até R\$ 415 mil; o médio, até R\$ 2 milhões; o grande, acima de R\$ 2 milhões. Mas isso não vale para o crédito do agricultor familiar, que tem teto próprio de R\$ 360 mil.

O emaranhado tributário é uma confusão permanente. O CONFAZ, integrado por Secretários da Fazenda dos Estados, isenta de ICMS bens de agricultores familiares destinados à merenda escolar. Mato Grosso amplia a isenção para outros produtos. Maranhão isenta qualquer produto da agricultura familiar, desde que a família tenha renda anual inferior a 100 salários mínimos. Em Goiás, não há limite. No Ceará, a isenção também se aplica aos pequenos produtores cooperados.

A previdência, alterada recentemente, aumentou as dúvidas. As novas regras condicionam benefícios para agricultores familiares a comprovações curiosas, como informar o CPF do vizinho. Mas, e se o vizinho não quiser informar? Em vez de dizer ao certo quem tem e quem não direito, a lei abre margem para burocracias e abusos. São frequentes e compreensíveis as reclamações.

Se a política e as leis deixam brechas, os tribunais não se entendem. No arrendamento rural, há juízes que consideram nula cláusula contratual que fixa o pagamento em produtos. Outros sustentam que a nulidade só ocorre em casos de hipossuficiência do agricultor. Na lei de recuperação judicial, há magistrados que não admitem o sequestro do crédito do agricultor familiar, por equipará-lo a alimento; outros entendem que são coisas diferentes. Tudo depende da cabeça do juiz.

Se não houver uma rigorosa definição do que é o agricultor familiar, de quem é pequeno, médio ou grande, as políticas públicas e as interpretações jurídicas podem gerar privilégios indevidos e injustiças flagrantes. Além de manter uma velha discussão desnecessária sobre a contribuição de cada um na produção de alimentos, tema que está fortemente inserido no papel do Brasil em busca da segurança alimentar global.

Nota: Daniel Vargas acaba de chegar ao FGVAgro, trazendo uma vasta bagagem em direito, governo e políticas públicas. É doutor em direito pela Universidade de Harvard, professor de política pública da Escola de Economia da FGV em São Paulo e professor de direito da FGV Direito Rio. Atuou em distintas posições no governo federal, tais como Secretário de Desenvolvimento Sustentável, Secretário de Ações Estratégicas e Ministro-Chefe interino da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, oportunidade em que coordenou projetos de desenvolvimento regional da Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste brasileiros.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**